

Gil César quer manter imposto sobre minerais

putado Gil César (MG) está mobilizando bancada de Minas na Câmara e, com o Associação Brasileira de Municípios Mineradores (ABCM), vai tentar no anteprojeto da criação de três propostas essenciais à existência dos municípios mineradores: predo do Fundo de Recursos Minerais (IUM), do Fundo de Recursos Minerais e participação dos municípios produtores e municípios produtores de concessão para lavra de

Tanto o presidente da ABCM quanto o líder do PMDB na Câmara Municipal de Itabira, Alton Mendonça, e o presidente do diretório regional do partido, Milton Dias, estão em Brasília para convencer os integrantes da Comissão de Sistematização a aprovarem a proposta popular, inscrita pela ABCM, de criar o Fundo de Exaustão, que ressarciria os municípios mineradores pela atividade, já que os recursos minerais são esgotáveis.

Uma lei ordinária, aprovada na Constituição a instituição do Fundo de Exaustão, explica José Maurício, determinaria a receita do Fundo, que poderia ser formada de recursos do imposto sobre produtos industrializados (IPI), do imposto de renda ou de parte do lucro das empresas mineradoras.

A participação dos Estados e municípios no processo de autorização dos alvarás, atualmente um monopólio da União, permitiria, por sua vez, conforme ressalta o presidente da ABCM, que os projetos fossem adaptados à realidade econômico-social das cidades mineradoras, inclusive quanto aos seus efeitos no meio-ambiente. A idéia básica da proposta, explicou ele, é de que, para a empresa mineradora iniciar a exploração, seria necessária, além do alvará concedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), também a aprovação do governo estadual e da prefeitura.

Gil César, é inconceivable que o anteprojeto de substituição tenha extinguido, sob o argumento de ser substituído pela pena do Imposto de Mercadorias (ICM) na produção. O presidente da ABCM, José Maurício Silveira, afirma que o fim do imposto de Itabira advirte que o fim do imposto de Itabira apresentará a falência de 68 municípios do Estado em na mineração principal atividade econômica, pois 70 a 80% da receita desses municípios provém do imposto

substituição do IUM torna-se inexecutável, porque uma expressão da produção é destinada à exploração da atividade econômica do ICM. O imposto de Itabira por sua vez, assinala José Silva — o minério quase totalmente produzido. Com que receita sobreviveremos?

Instalada CPI da soberania

Foi instalada ontem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigará, nos próximos três meses, as denúncias de existência de uma conspiração internacional contra a soberania do Brasil sobre áreas de mineração na Amazônia. Segundo o autor das denúncias — o jornal O Estado de S. Paulo — estarão envolvidas nesta conspiração a Igreja — através do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à CNBB — e outros organismos, vinculados à questão indígena no País.

Presidirá a Comissão o parlamentar que a convocou — deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o relator será o senador Ronan Tito (PMDB-MG). A comissão tem 18 membros, entre representantes do PMDB, PFL, PDS e PDT e num balanço preliminar, os constituintes que defendem a Igreja e seus organismos, inocentando-a de participação na possível conspiração, somam 10, enquanto que os que acham

que a conspiração de fato existe seriam oito. Este equilíbrio deverá ser alterado, já que o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RS), solicitou ao presidente da Comissão que entre em contato com a presidência do Congresso para que mais três constituintes sejam chamados a participar dos trabalhos. Segundo Lysâneas, o regimento comum das duas casas prevê, para a constituição de CPIs mistas, um máximo de 21 membros. As três vagas seriam ocupadas por representantes dos pequenos partidos.

DEPOIMENTOS

O primeiro depoente na comissão será o diretor-responsável pelo jornal denunciante, que deverá comparecer à CPI na próxima quinta-feira, às 15 horas. Deverão ser também convocados para prestar seus depoimentos o presidente do CIMI, da CNBB e do Conselho Mundial de Igrejas. Por sugestão do deputado Lysâneas Maciel, os membros da comissão deverão ir, no final da pró-

xima semana, à região da Serra Couto Magalhães, em Roraima, uma das áreas ocupadas pelos índios Ianomami, onde houve recentemente um conflito entre garimpeiros e índios. Como consequência, a assistência médica — prestada pelo CIMI aos índios foi retirada e a área está praticamente isolada. Segundo relato do deputado, há na região um surto de sarampo, que deve estar matando os índios. Quatro deles morreram nos conflitos.

Na avaliação dos parlamentares, são simpáticos à Igreja, dentro da comissão dos constituintes Ronan Tito, Severo Gomes, Eraldo Trindade, Almir Gabriel, Nelson Wedekin, Teotônio Vilela Filho, José Carlos Sabóia, Otávio Elísio, Vasco Alves e Lysâneas Maciel, enquanto que defendem posição idêntica ao jornal denunciante os constituintes Alexandre Costa, João Menezes, Jarbas Passarinho, Roberto Cardoso Alves, Gidel Dantas, Ricardo Flúza e Gerson Peres.

Por que não Dom Luciano?

A quebra da tradição parlamentar na escolha de sua direção, os nomes indicados pelo PMDB para integrá-la e o relator escolhido indicam que a CPI do Cimi está destinada a não apurar nada e nem condenar ninguém. A não ser o jornal e jornalistas autores das denúncias.

É suspeito, antes de mais nada, o fato de o relator e o presidente serem do mesmo partido, o PMDB, quando a praxe parlamentar determina que o sejam de legendas diferen-

tes. Depois, o autor do requerimento das CPIs tradicionalmente é o seu relator, o que não aconteceu no caso: o deputado Cardoso Alves ficou como presidente.

O relator indicado pela liderança do PMDB, o senador Ronan Tito, não é um parlamentar isento para relatar o assunto. Através de declarações à imprensa, assim que "O Estado de S. Paulo" iniciou as denúncias, o senador mineiro já pré-julgou como falsos os documentos que embasam

os fatos a serem apurados, repetindo palavra que lhe foram ditas por dom Luciano Mendes, presidente da CNBB.

Se a CPI tem por objetivo apurar as denúncias, o relator deveria ser o autor do requerimento de convocação ou, então, em respeito à praxe, alguém de outro partido. Se é uma farsa, que nada visa a elucidar, melhor seria indicar dom Luciano. Assim, pelo menos se teria a própria voz e não um porta-voz da CNBB.

CIMI admite as doações

"Qual a lei que proíbe fazer doações aos índios?" A indagação é do secretário executivo do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Antônio Brand, referindo-se à denúncia feita pelo deputado José Dutra (PMDB/AM), segundo a qual o Cimi recebeu Cz\$ 126.336 da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese). O dinheiro, segundo o deputado, é para o Cimi desenvolver um trabalho junto à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro — o Mini-Projeto de Emergência — que objetiva a "articulação entre

as aldeias e a conscientização dos índios quanto aos males do Projeto Calha Norte e das mineradoras".

De acordo com Antônio Brand, o Cimi nacional não tem conhecimento do "Mini-Projeto de Emergência". Explicou que a entidade é descentralizada e que este projeto é da esfera da regional do Amazonas, o Cimi Norte. Brand lembrou que a solidariedade às comunidades indígenas "é uma prática milenar da Igreja". Disse ainda que o ideal seria que outras entidades também fizessem doações aos índios.

Para Antônio Brand, as doações da Igreja aos índios só poderão ser dispensadas quando "as comunidades indígenas tiverem suas áreas demarcadas e suas necessidades básicas atendidas".

Quanto ao projeto Calha Norte, Antônio Brand esclareceu que o Cimi não é contra a defesa das fronteiras do País. "O que não entende é que o Calha Norte associa a garantia das fronteiras com a não demarcação das áreas indígenas numa faixa de 150 quilômetros ao longo das divisas", afirmou.